

Resenha

Novos caminhos para a antropologia psicológica

New paths for psychological anthropology

LESTER, Rebecca J. (Ed.). *Innovations in psychological anthropology*. New York: Routledge, 2024. 140 p. ISBN 978-1-032-31855-4.

Fábio Luiz Nunes¹

RESUMO

Innovations in psychological anthropology (Routledge, 2024), obra editada por Rebecca J. Lester, é apresentada como uma autocrítica da antropologia psicológica. A coletânea de ensaios busca revisitar os fundamentos da disciplina, expondo como conceitos e práticas deram sustentação a projetos coloniais e excludentes. Os capítulos abordam temas contemporâneos e urgentes, como a decolonização de métodos cognitivos, a inclusão de mentes neurodivergentes, a justiça transformadora, a recusa como ato político e a racialização da experiência terapêutica. A introdução, de autoria da própria Lester, situa o campo em um momento de inflexão, clamando por uma revisão de seu legado, especialmente o “pacto epistemológico” inaugurado por Franz Boas. Esta resenha conclui que a obra é tematicamente coesa e responde a críticas antigas sobre a fragmentação da área, embora sua principal limitação seja o foco geográfico quase exclusivo nos Estados Unidos da América, o que desafia a aplicabilidade imediata de suas propostas em outros contextos.

Palavras-chave: Antropologia psicológica. Antropologia cognitiva. Decolonização.

ABSTRACT

Innovations in psychological anthropology (Routledge, 2024), a work edited by Rebecca J. Lester, is presented as a self-critique of psychological anthropology. The

¹ Mestre e doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Especialista em Didática, Práticas de Ensino e Tecnologias Educacionais pela UFVJM, e em Retórica e Análise do Discurso em Publicidade e Propaganda pela Universidade de Araraquara. Psicólogo pela Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais. Profissional técnico-administrativo no CEFET-MG. E-mail: fabio.nunes.fln@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3054450943770058>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0784-1921>.

collection of essays seeks to revisit the discipline's foundations, exposing how its concepts and practices have supported colonial and exclusionary projects. The chapters address contemporary and urgent topics, such as the decolonization of cognitive methods, the inclusion of neurodivergent minds, transformative justice, refusal as a political act, and the racialization of the therapeutic experience. The introduction, authored by Lester herself, situates the field at a turning point, calling for a revision of its legacy, especially the "epistemological pact" inaugurated by Franz Boas. This review concludes that the work is thematically cohesive and responds to long-standing criticisms about the field's fragmentation, although its main limitation is the almost exclusive geographical focus on the United States of America, which challenges the immediate applicability of its proposals in other contexts.

Keywords: Psychological anthropology. Cognitive anthropology. Decolonization.

A inter-relação entre cultura e mente tem sido um tema central da antropologia psicológica, sugerindo que as práticas culturais exercem uma influência significativa nos processos psicológicos individuais, enquanto as experiências pessoais também contribuem para a dinâmica cultural. M. Mead é uma das pesquisadoras clássicas que sustentam essa visão. Em *Coming of age in Samoa* (1928), Mead já demonstrava como as expectativas culturais desempenham um papel fundamental no desenvolvimento individual. Da mesma forma, R. Benedict, em *Patterns of culture* (1934), apontava que diferentes configurações culturais levam a tipos de personalidade distintos, provando o impacto profundo da cultura na psique humana.

Editada por Rebecca J. Lester e lançada pela Routledge em 2024, *Innovations in psychological anthropology* representa uma nova contribuição ao campo, consistindo em uma coletânea de ensaios produzidos por diversos especialistas. Os textos abordam questões contemporâneas, como a supremacia branca na produção de conhecimento, novas perspectivas sobre a mente considerada "deficiente", a relevância da recusa etnográfica e a racialização de métodos terapêuticos, buscando desestabilizar quadros conceituais anacrônicos e propor novas abordagens éticas para o avanço da disciplina. R. Lester é uma antropóloga estadunidense, atualmente professora de antropologia sociocultural na Washington University em St. Louis (Missouri), onde também exerce a função de vice-reitora assistente para assuntos docentes e de diversidade. *Philosophiæ doctor* pela University of California em San Diego, Lester conta com extensa pesquisa em áreas como distúrbios alimentares, gênero, religião e saúde mental. Dentre suas obras notáveis, destacam-se *Jesus in*

our wombs: embodying modernity in a Mexican convent (2005) e *Famished: eating disorders and failed care in America* (2019), esta última agraciada com os prêmios Victor Turner e Ellen Basker, em 2020.

A introdução, assinada pela própria R. Lester, situa o campo da antropologia psicológica em um momento de inflexão: quase seis décadas após sua consolidação como disciplina, torna-se imperioso revisitar suas origens para desvelar como conceitos e práticas fundantes deram sustentação a projetos coloniais e excludentes, ao mesmo tempo em que explicam o seu gradual relegamento no interior da antropologia mais ampla. Lester salienta o legado de Franz Boas (1910) como matriz inaugural dos debates sobre a relação entre mente e cultura, um “pacto epistemológico” que atravessou gerações de estudos, mas que, sem revisão crítica, permaneceu alheio às contradições internas que hoje emergem com força, sobretudo no que tange às hierarquias raciais e de poder.

No primeiro capítulo, intitulado *Recovering innovations: Louis Eugene King and the study of race in the United States*, Kevin K. Birth recupera o trabalho de Louis E. King, um dos primeiros doutores em antropologia formados por Boas, cujas contribuições sobre raça e cultura foram silenciadas pela conjuntura do pós-crise de 1929 e pelas políticas institucionalmente segregacionistas. Birth compara a abordagem de King, que atribui centralidade às interseções entre identidade racial e processos sociocognitivos individuais, à chamada escola de cultura e personalidade, acusada de reduzir a cultura a traços monolíticos e desconsiderar a historicidade dos processos de opressão. A esse respeito, LeVine (1999) menciona a falta de coerência interna e de articulação dessa tradição com a psicologia acadêmica, o que revela que as propostas de King antecipavam muitas das lacunas identificadas por LeVine para um programa de pesquisa integrado e relevante para políticas sociais.

No capítulo subsequente, *Re-cognizing anthropological methods: toward a decolonizing cognitive anthropology*, Lawrence T. Monocello, Nicole L. Henderson e Liqin Xia apresentam a antropologia cognitiva “radicalmente êmica”, em que técnicas oriundas das ciências cognitivas são redefinidas para valorizar explicitamente os saberes locais e minimizar vieses extrativistas. A partir de um estudo comparativo entre comunidades hmong nos Estados Unidos da América (EUA) e na China, os autores demonstram que medições de representações mentais podem ser conduzidas sem cristalizar categorias culturais e sem prescrever significados, a exemplo do que

Wassmann e Bender (2015) já apontavam como desafio metodológico central: evitar pressupostos de universalidade não testados e reconhecer a imbricação entre mente, corpo e contexto social. Essa proposição faz eco de uma reivindicação por engajamento epistemológico com perspectivas anticoloniais, *queer* e feministas negras, com o objetivo de subverter hierarquias na produção de conhecimento psicoantropológico.

O terceiro capítulo, intitulado *Beyond “psychotics” and the “feeble-minded”: psychological anthropology and the disabled mind*, de autoria de John Marlovits e Matthew Wolf-Meyer, investiga as interseções entre antropologia psicológica e as experiências de mentes atípicas. Os autores propõem uma reavaliação das concepções normativas de cognição e subjetividade, através da qual desafiam a marginalização histórica de indivíduos neurodivergentes na pesquisa antropológica. Argumentam que a disciplina frequentemente privilegiou sujeitos “normais”, negligenciando a diversidade psíquica como parte integrante da variação humana. Sua posição encontra ressonância em LeVine (1999), para quem é necessário que a antropologia psicológica integre dados etnográficos comparativos com o objetivo de compreender a experiência subjetiva em contextos culturais distintos, indicando que a inclusão de mentes não normativas pode favorecer a análise da psique humana.

O quarto capítulo, *On love and abolition: building a speculative practice of transformative justice in psychological anthropology*, escrito por Abby Mack, Stephanie Keeney Parks e Wendell A. Parks III, põe sob exame a possibilidade de uma prática antropológica fundamentada no afeto e no abolicionismo penal. Os autores desenvolvem uma visão especulativa de *justiça transformadora*², inspirada por vivências pessoais e pela ética do cuidado, que transcende as estruturas competitivas da academia. Propõe-se que a antropologia psicológica pode desempenhar um papel na desconstrução de sistemas opressivos e na construção de relações sociais mais equitativas. Podem complementar essa discussão as observações de Hruschka, Lende e Worthman (2005), que destacam a relação entre biologia e cultura, pelo que a justiça transformadora deve considerar os processos orgânicos e culturais que

² A justiça transformadora é uma abordagem política e jurídica que visa responder à violência, ao dano e ao abuso de maneira não punitiva, concentrando-se na cura, na responsabilização e na transformação das condições sociais que engendram e perpetuam a violência. No lugar de depender do sistema de justiça criminal, a justiça transformadora busca soluções dentro da comunidade, priorizando as necessidades dos sobreviventes e promovendo a segurança e o bem-estar de todos os envolvidos.

organizam as experiências humanas, fornecendo uma base teórica para integrar dimensões materiais e simbólicas.

No próximo texto, *Listening to refusal: exploring the political in psychological anthropology*, Zehra Mehdi analisa a recusa enquanto forma de expressão política no contexto dos protestos anti-CAA na Índia³. A autora utiliza a experiência de Farida Begum, uma ativista muçulmana, para ilustrar como a recusa revela dinâmicas de poder e resistência frequentemente invisibilizadas. Segundo Mehdi, a antropologia psicológica deve ampliar seu foco para incluir as respostas emocionais e subjetivas às condições políticas, caminhando para além da análise tradicional do “mundo interior”. LeVine (1999) sustenta essa proposta quando sugere que a escuta de vozes marginalizadas, por meio de uma etnografia centrada na pessoa, seria essencial para captar a complexidade da subjetividade em contextos de opressão, o que reforça a necessidade de se considerar a dimensão política como constitutiva da experiência psíquica.

Cada um desses três textos contribui sobremaneira para se pensar a reconfiguração da antropologia psicológica. Se Marlovits Wolf-Meyer destacam a diversidade cognitiva como um elemento relevante para esse campo de conhecimento, o próximo capítulo dá ênfase à possibilidade da transformação social por meio do amor e de uma regulação não punitiva do comportamento antinormativo. Por fim, o quinto capítulo discute a atitude de recusa como um ato político de grande significado psicoantropológico.

Passa-se, então, aos textos finais do livro. No sexto capítulo, *Revisiting and reversioning silence and narrative in psychological anthropology*, Merav Shohet e Annemarie Samuels propõem uma reconceitualização da narrativa e do silêncio no campo antropológico. As autoras afirmam que o silêncio não constitui uma ausência de comunicação, mas um componente ativo e significativo da própria estrutura narrativa. Para desenvolver essa noção, elas introduzem e articulam ferramentas analíticas como os dramas narrativos, a *subjuntividade* e o *sideshadowing*

³ Os protestos anti-CAA na Índia foram uma série de manifestações nacionais que começaram em dezembro de 2019 em resposta à aprovação da Lei de Emenda à Cidadania (CAA, na sigla em inglês) pelo parlamento indiano. A CAA alterou a Lei de Cidadania de 1955 para oferecer um caminho à cidadania indiana a imigrantes não muçulmanos, especificamente hindus, sikhs, budistas, parses e cristãos, originários do Afeganistão, de Bangladesh e do Paquistão que entraram na Índia anteriormente a 31 de dezembro de 2014. A lei foi amplamente criticada por excluir muçulmanos, sendo vista como discriminatória e uma violação do caráter secular da Constituição indiana, que não utiliza a religião como critério para cidadania.

(“sombreamento lateral”). Tais instrumentos permitem observar como os sujeitos lidam com a incerteza, a ambiguidade e as contingências da vida, sobretudo em contextos de sofrimento ou de opressão. A análise das autoras representa uma progressão teórica em relação aos estudos de grande escala sobre o caráter nacional, descritos por Sheehan (2022) como uma fase anterior da disciplina, direcionando o enfoque para a dinâmica das interações e para as micropráticas de construção de sentido.

A investigação de Shohet e Samuels sobre as narrativas fragmentadas ou não lineares como espaços de crítica política e resistência pode ser vista como uma expansão do projeto intelectual de Franz Boas. Em um de seus principais trabalhos, *Psychological problems in anthropology* (1910), Boas já defendia a necessidade de se investigar os processos psicológicos subjacentes aos fenômenos culturais, em detrimento da mera comparação de suas semelhanças superficiais. Aquelas autoras aprofundam essa diretriz, já que aplicam uma análise refinada aos usos estratégicos do silêncio e da narrativa, apontando que interpretações silenciadas ou contra-hegemônicas podem coexistir com os discursos dominantes. Dessa maneira, o trabalho das pesquisadoras atualiza a busca de Boas pelos mecanismos da experiência humana, aplicando-a às complexas relações de poder e à subjetividade política contemporânea.

Por sua vez, o sétimo e último capítulo, *Dangerous intimacies: resentment, risk and PTSD recovery in “post-racial” America*, de autoria da editora R. Lester, apresenta um estudo de caso clínico centrado em Robert, um homem negro estadunidense que desenvolve estresse pós-traumático após uma falsa acusação de assédio. Nesse âmbito, a antropóloga investiga as interpenetrações entre afeto, emoção e produção de significado, demonstrando que a posição racial do sujeito em um ambiente terapêutico com um profissional de saúde branco dá novos contornos à experiência emocional do sofrimento. Lester analisa o sentimento de Robert por meio de três conceitos interligados: o *ressentimento ordinário* (dirigido aos colegas de trabalho), o *re-sentimento* (o medo de expressar sentimentos e reviver o trauma na terapia, que também pode ser lido como receio de revitimização) e o *ressentimento nietzschiano* (a indignação persistente do sujeito oprimido historicamente). Deve-se mencionar que essa metodologia constitui um importante exemplo da etnografia centrada na pessoa, que autores, a exemplo de Sheehan (2022), identificam como uma das vertentes da antropologia psicológica e médica contemporânea.

A análise de Lester produz também um diálogo crítico com a chamada *teoria do afeto*, que, segundo ela, tenderia a negligenciar o sujeito situado e sua história. A experiência de Robert atesta que a mesma ativação fisiológica, a emoção, adquire significados distintos dependendo dos corpos envolvidos e do contexto sociocultural, algo que a teoria do afeto não apreenderia plenamente. Esse argumento dialoga com o legado dos primeiros cientistas antropólogos, incluindo Boas (1910), que combatia visões raciais hierárquicas à medida que postulava uma dotação mental fundamentalmente similar entre os grupos humanos. Lester certamente avança nessa discussão ao mostrar que, independentemente dessa base comum, a vivência das emoções e sua interpretação social são profundamente refratadas pelo prisma das categorias raciais e das estruturas de poder.

Innovations in psychological anthropology constitui um breve, mas necessário movimento de autocrítica disciplinar. Essa iniciativa é, com efeito, uma resposta direta e robusta às debilidades da antropologia psicológica denunciadas por LeVine (1999) há mais de duas décadas, como a carência de uma missão comum, a desconexão com a antropologia cultural hegemônica e a insuficiente análise comparativa. Quando reexamina seus próprios fundamentos, resgata legados e questiona metodologias consolidadas, Lester e seus colaboradores atuam precisamente contra o “universo segregado de discursos” que LeVine criticava. Os capítulos, em seu conjunto, promovem o diálogo crítico e produtivo que Hruschka, Lende e Worthman (2005) defendem como essencial, não apenas entre subcampos, mas no interior da própria antropologia psicológica, concernente tanto a seu passado quanto a seu futuro.

No entanto, a notável coesão temática da obra é também a origem de sua principal limitação para um público externo ao norte global. O foco primário em etnografias e arranjos sociais radicados quase exclusivamente nos EUA pode, de modo não intencional, limitar o alcance imediato e a aplicabilidade de suas propostas para pesquisadores situados em contextos como o brasileiro e o latino-americano. A própria concepção de uma antropologia biocultural holística, encampada por autores como Hruschka, Lende e Worthman (2005), postula a necessidade de se investigar a variação humana em múltiplos níveis e cenários para se alcançar uma compreensão mais completa dos fenômenos. Desse modo, a concentração geográfica dos estudos apresentados no livro, ainda que potente para a crítica interna na conjuntura acadêmica estadunidense, deixa em aberto a questão de como essas inovações

teóricas se comportam e se traduzem em outros ambientes socioculturais. Essa lacuna, contudo, não deve ser interpretada exatamente como uma falha, senão um convite para que futuras pesquisas estendam e testem a relevância e a plasticidade dessas profícuas reflexões em uma gama mais ampla de contextos.

Referências

BENEDICT, R. **Patterns of culture**. Boston: Houghton Mifflin, 1934.

BOAS, F. Psychological problems in anthropology. **The American Journal of Psychology**, [s. l.], v. 21, n. 3, p. 371-384, 1910.

HRUSCHKA, D. J.; LENDE, D. H.; WORTHMAN, C. M. Biocultural dialogues: biology and culture in psychological anthropology. **Ethos**, [s. l.], v. 33, n. 1, p. 1-19, 2005.

LESTER, R. J. (Ed.). **Innovations in psychological anthropology**. New York: Routledge, 2024.

LEVINE, R. A. An agenda for psychological anthropology. **Ethos**, [s. l.], v. 27, n. 1, p. 15-24, 1999.

MEAD, M. **Coming of age in Samoa: a psychological study of primitive youth for western civilization**. New York: William Morrow & Company, 1928.

SHEEHAN, C. Psychological anthropology and medical anthropology: a brief history of ideas and concepts. **Irish Journal of Psychological Medicine**, Cambridge, v. 39, p. 115-120, 2022.

WASSMANN, J.; BENDER, A. Cognitive anthropology. *In: International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*. V. 4. 2. ed. Amsterdã: Elsevier, 2015. p. 16-22.

Recebido: 07/06/2025
Aprovado: 20/10/2025